Luiz Fernando Salles Giannellini

CONSENTIMENTO PREVISTO NA LGPD E SUA APLICAÇÃO NOS CONTRATOS ELETRÔNICOS

Curitiba Juruá Editora 2022 Visite nossos sites na Internet www.jurua.com.br e www.editorialjurua.com e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9792-7



Brasil - R. Flávio Dallegrave, 7.665 - São Lourenço - Fone: (41) 4009-3900 -

CEP: 82.210-310 - Curitiba - Paraná - Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Revisão: Dailiany Orechio

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

1218105

Gianellini, Luiz Fernando Salles.

G433

Consentimento previsto na LGPD e sua aplicação nos contratos eletrônicos / Luiz Fernando Salles Gianellini – Curitiba: Juruá. 2022.

242 p.: il.; 21cm

- 1. Contrato eletrônico. 2. Lei geral de proteção de dados.
- 3. Proteção de dados Legislação. I. Título.

CDD 342.0858 (22.ed) CDU 342.721

00022

SUMÁRIO

LI	STA	DE FIGURAS15	,
		DE QUADROS	
LI	STA	DE ABREVIATURAS E SIGLAS 19)
N	TRO	DDUÇÃO23	J
1	AA	TIVIDADE EMPRESARIAL, O DESENVOLVIMENTO	
•	ECC	DNÔMICO E A LGPD29)
	1.1	~ '	
		ECONÔMICA ATÉ À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 198829)
	1.2	REVOLUÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA37	7
	1.3	OS CONTRATOS E A SOCIEDADE DE CONSUMO43	3
		1.3.1 Os contratos de adesão	ó
	1.4	OS VETORES DE INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS 51	l
		1.4.1 Os vetores de interpretação dos contratos civis	3
		1.4.2 Os vetores de interpretação dos contratos de consumo -	
		a doutrina de Claudia Lima Marques e Newton De	
		Lucca)
		1.4.3 Os vetores de interpretação dos contratos empresariais —	,
	1.5	A doutrina de Paula A. Forgioni)
	1.5	(R)EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS DIANTE DO IMPLEMENTO DA TECNOLOGIA	7
		1.5.1 Contratos eletrônicos	
_			,
2	A L	EI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS ASILEIRA: LEI 13.709/201879	`
	2.1	ASPECTOS GERAIS DA LGPD	
		RAZÕES DE ORIGEM101	ı
	2.3	DADOS PESSOAIS COMO ATIVOS INTANGÍVEIS	4
	2.4	EMPRESARIAIS	ł
	2.4	A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS113	2
		TEOSUAIS113	,

3	\mathbf{OC}	CONSENTIMENTO PREVISTO NA LGPD119			
	3.1	ELEMENTO VOLITIVO: A MANIFESTAÇÃO DE			
		VONTADE119			
		3.1.1 As formas de manifestação da vontade e o silêncio 126			
	3.2	NEGÓCIO JURÍDICO: PLANOS DA EXISTÊNCIA,			
		VALIDADE E EFICÁCIA134			
	3.3	DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS: VÍCIOS DE			
		VONTADE E SOCIAIS140			
		3.3.1 Erro			
		3.3.2 Dolo146			
		3.3.3 Lesão			
	3.4	CONSENTIMENTO EXIGIDO PELA LGPD149			
	3.5	CONDUTAS INCOMPATÍVEIS: SINÔNIMO DE			
		CONFORMAÇÃO AO CONSENTIMENTO PREVISTO			
		NA LGPD?			
	3.6	FUNÇÃO SOCIAL E BOA-FÉ OBJETIVA NOS CONTRA-			
		TOS DE ADESÃO166			
		3.6.1 Função social			
		3.6.2 Boa-fé objetiva			
		3.6.3 Função social e boa-fé objetiva nos contratos			
		de adesão			
	3.7	VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM176			
4	DES	SAFIOS DE APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS			
	CO	NSENTIDO NOS CONTRATOS ELETRÔNICOS179			
	4.1	LINHAS INTRODUTÓRIAS179			
	4.2	AS DIFICULDADES DE COMPATIBILIZAÇÃO DO			
		TRATAMENTO DE DADOS CONSENTIDO NOS			
		CONTRATOS ELETRÔNICOS: ALGUNS EXEMPLOS 182			
	4.3	IDENTIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES DE INSUFICIÊNCIA			
		PARA OUTORGA DE CONSENTIMENTO189			
	4.4	VÍCIO DE CONSENTIMENTO E NULIDADE: TODO			
		VÍCIO GERA NULIDADE?			
	4.5	TENTATIVAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DO			
		TRATAMENTO DE DADOS CONSENTIDO NOS			
_		CONTRATOS ELETRÔNICOS204			
CONCLUSÃO					
		RÊNCIAS219			
IN	ÍNDICE REMISSIVO231				